

# **Resolução da Comissão Política do Bloco de Esquerda**

## *29 de Agosto de 2011*

1. A Comissão Política do Bloco de Esquerda avaliou a situação política e destaca a aprovação, nos próximos dias, das alterações à legislação laboral, promovendo os despedimentos, na sequência das propostas do governo anterior e do acordo com a troika. A facilitação do desemprego e da precarização tornou-se um instrumento de engenharia social para destruir os contratos de trabalho e as regras sociais na economia, e só uma resposta mobilizada de sindicatos e trabalhadores pode contrariar, responder e reverter esta política.

Nesse sentido, o Bloco apoia e participa nas iniciativas de acção de rua e de protesto que sindicatos e movimentos anunciam para Setembro e Outubro.

2. O governo anuncia para os próximos dias um segundo aumento do custo dos transportes, antecipando um novo aumento para Janeiro. Embora a configuração dos preços dos transportes não esteja explicada, torna-se evidente que o governo pretende acabar com o passe social de acesso universal e a custos que incentivem o uso dos transportes públicos, e assim impor a muitos trabalhadores que paguem mais.

O governo prepara ainda a aplicação do mesmo critério às taxas moderadoras na saúde, aumentando os custos consoante os valores dos rendimentos. Nos dois casos, seria assim posta em causa a universalidade de dois serviços públicos e a igualdade do acesso dos cidadãos – cuja diferença de rendimentos é tributada pelos impostos progressivos e não pela sobrecarga de custos diferentes no acesso aos mesmos serviços.

A pretexto da diferenciação das taxas moderadoras, o Governo pretende impor uma mega-base de dados que viola o direito dos cidadãos a manter reservada a informação sobre a sua situação clínica, conforme o Bloco denunciou e recentemente a CNPD recusou por ser ilegal. A mudança que o governo pretende introduzir nas taxas moderadoras não necessita daquela base de dados: é um falso pretexto que esconde o objectivo de, a curto prazo, limitar os cuidados de saúde a que os cidadãos podem aceder no SNS, aquilo que no seu programa o Governo chama de “plano de

prestações garantidas”.

3. O Bloco apresentará, além do projecto de lei sobre o imposto das grandes fortunas, projectos de lei para o englobamento no IRS das mais-valias bolsistas e outras auferidas por agentes singulares (à taxa do IRS determinada pela matéria colectável), e da tributação em IRC das recebidas por entidades colectivas (à taxa normal de 25%). Pretendemos assim acabar definitivamente com os privilégios de um rendimento de capital que tem tido o benefício de vantagens fiscais injustificáveis.

Entre essas propostas inclui-se a da cobrança de uma taxa especial de 1/28 em relação a todos os rendimentos de capital de 2011, equivalente à metade do subsídio de Natal que é cobrada aos trabalhadores.

4. A recente decisão de incorporação dos fundos de pensões dos bancários na segurança social, que as administrações da banca vinham exigindo há muito, foi justificada, entre outros motivos, pela identificação de um novo desvio nas contas da Madeira, desta vez de 277 milhões referentes a 2011. O Bloco exigiu o esclarecimento sobre a justificação deste desvio, e essa justificação ainda não foi apresentada.

Considerando que a dívida real criada pelo governo regional se aproxima agora dos 7,5 mil milhões de euros, o que à escala de todo o país significaria uma dívida de 300 mil milhões de euros, esta exigência de esclarecimento é fundamental e é determinante para a escolha eleitoral dos madeirenses. Acresce ainda que a região autónoma da Madeira é a única parte do país em que não existe uma regra de incompatibilidade entre os cargos públicos e os interesses privados, o que tem gerado situações anormais e escandalosas de conúbio político e económico, que seriam ilegais em qualquer outro lugar de Portugal.

Por isso mesmo, o conhecimento das razões do desperdício e do descontrolo orçamental, numa região em que as desigualdades sociais são tão graves, é fundamental para a democracia. Alberto João Jardim tem anunciado um acordo com o governo para o pagamento desta dívida, e o Bloco exige a divulgação dos termos desse acordo.